

AVISO DE PENALIDADE

O Conselho Nacional do Ministério Público resolve aplicar à pessoa jurídica JARDEL J VIEIRA EIRELI, CNPJ nº 05.556.839/0001-24, a penalidade de de MULTA de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato de R\$ 12.151,85 (doze mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), pela inexecução parcial do contrato, em razão do descumprimento previsto no item 7.1 do Termo de Referência, caracterizado pelo atraso de mais de 40 dias dos itens 14, 18, 19, 28 e 33. Nesse contexto, o valor da multa é de R\$ 2.430,37 (dois mil, quatrocentos e trinta reais e sete centavos). Processo administrativo 19.00.6160.0006592/2020-72.

Brasília, 20 de maio de 2021.
MATEUS WILLIG ARAUJO
Ordenador de Despesas do CNMP

Ministério Público da União

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 811/2021

Termo de Credenciamento nº 811/2021, celebrado entre o Ministério Público da União e MARIANA MELO WAKED VICTOR CENTRO TERAPEUTICO EIRELI. Objeto: Prestação de serviços médicos e paramédicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por um período de sessenta meses, a partir de 12/05/2021. Modalidade: Inexigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 25, da Lei 8.666/93. Assinatura: Sônia Márcia Fernandes Amaral, Diretora Executiva do Plan-Assiste/MPF, Mariana Melo Waked Victor, pelo Credenciado.

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 822/2021

Termo de Credenciamento nº 822/2021, celebrado entre o Ministério Público da União e TERAPEUTICA - CENTRO TERAPEUTICO LTDA - ME. Objeto: Prestação de serviços médicos e paramédicos aos membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por um período de sessenta meses, a partir de 12/05/2021. Modalidade: Inexigibilidade de licitação - "Caput" do artigo 25, da Lei 8.666/93. Assinatura: Sônia Márcia Fernandes Amaral, Diretora Executiva do Plan-Assiste/MPF, Maria de Fátima Melo Victor, pelo Credenciado.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021 - UASG 200009

Nº Processo: 0819105488202157. Objeto: Contratação de empresa para locação e organização de espaço físico para realização das provas do 32º Concurso Público para ingresso na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no cargo de Promotor de Justiça Adjunto.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 21/05/2021 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Ed. Sede do Mpdf, Sala 607., - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/200009-5-00033-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 21/05/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/06/2021 às 14h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM
Secretária de Licitação

(SIASGnet - 19/05/2021) 200009-00001-2021NE000020

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 2/2021
32º CONCURSO PÚBLICO

PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; as normas constantes na Resolução CSMPDFT nº 271, de 12 de março de 2021, que dispõe sobre o regulamento para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no cargo de Promotor de Justiça Adjunto e nos termos do Edital nº 1, de 29 de março de 2021, torna públicas as relações nominiais dos candidatos com inscrições preliminares deferidas, disponíveis no endereço eletrônico do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (<https://www.mpdf.mp.br/site/32concurso>).

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO
Presidente da Comissão de Concurso

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 014/2021. Processo nº 08191.001163/2021-54. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA; CNPJ: 57.142.978/0001-05. Objeto: a Ata tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de até 12 (doze) meses, para eventual aquisição de subscrição anual de licenças de uso de softwares Microsoft do tipo Suíte Escritório, conforme especificações constantes do Edital que, para todos os efeitos, é parte integrante da mencionada Ata. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 25/2021. Vigência: Ata de Registro de Preços vigorará pelo período de até 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, na forma da legislação em vigor. Valor Global: R\$ 1.056.204,56. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: WAGNER DE CASTRO ARAUJO; Secretário-Geral, CONTRATADA: WALTER FERREIRA DA SILVA JÚNIOR; Gestor Operacional - Setor Público. Data da assinatura MPDFT: 15/5/2021. Data da assinatura CONTRATADA: 20/5/2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2017 Contratantes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e a empresa VERTICAL EMPRESA DE VIGILANCIA EIRELI. CNPJ: 03.602.646/0001-37. Objeto: a) Repactuar os preços em função da Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2021, a partir de 1º/01/2021; b) Prorrogar o prazo de vigência do Contrato, por mais um período de 12 (doze) meses, de 04/09/2021 a 03/09/2022. Data de Assinatura: 19/04/2021. Valor do Termo Aditivo: R\$ 13.164.407,64. Valor Global do Contrato: R\$ 48.249.934,30. Signatários: pelo Contratante, DJALMA LEANDRO JUNIOR, Secretário de Administração, e pela Contratada, MIRIAM RUBIA SANTOS. Processo MPF/PGR 1.00.000.005022/2018-48.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2015

ESPÉCIE: Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 04/2015. OBJETO: Alterar, no preâmbulo, o endereço da Contratada, alterar o subitem 6.1 da Cláusula Sexta, considerando a repactuação do contrato, consoante previsão da Cláusula Nona do contrato e alterar os subitens 7.1 e 7.3 da Cláusula Sétima, a fim de indicar os recursos orçamentários para pagamento da contratação. FUNDAMENTO LEGAL: art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93. VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$ 28.156,97, a partir de 01/01/2020; R\$ 28.167,53, a partir de 01/02/2020; R\$ 28.505,23, a partir de 01/05/2020; R\$ 27.775,34, a partir de 20/05/2020; R\$ 27.749,49, a partir de 09/11/2020; R\$ 27.846,45, a partir de 01/01/2021 e R\$ 28.264,85, a partir de 01/03/2021. NOTAS DE EMPENHO: 2021NE000009, 2021NE000010 e 2021NE000011, todas de 08/01/2021. CONTRATANTE: Procuradoria Regional da República da 4ª Região. CONTRATADA: Cert Ltda. DATA E ASSINATURA: 17/05/2021, Patrícia Coelho Py pela CONTRATANTE, e Carlos Eduardo de Lara, pela CONTRATADA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2021 - UASG 200031

Nº Processo: 1.14.769/2021-10. Objeto: Aquisição de baterias estacionárias de nobreak com recolhimento, embalagem e descarte ambientalmente correto e de acordo a regulamentação e a legislação das baterias usadas que serão substituídas pelas novas, sendo que o material será entregue no edifício da Procuradoria da República no Município de Barreiras/BA.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 21/05/2021 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo, Doron, - Salvador/BA ou <https://www.gov.br/compras/edital/200031-5-00008-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 21/05/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/06/2021 às 09h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O critério de julgamento é o menor preço por item. Favor verificar a descrição dos itens no edital..

LUIZ ANTONIO BARRETO NASCIMENTO
Pregoeiro

(SIASGnet - 20/05/2021) 200100-00001-2021NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Conveniada: Procuradoria da República no Estado do Ceará; Conveniente: BR Empreendimentos Hoteleiros e Turísticos Ltda (iHostel Aldeota), CNPJ nº 40.740.601/0001-55; Objeto: oferecimento de descontos aos integrantes da Procuradoria da República no Estado do Ceará na contratação dos serviços prestados pela empresa, nas condições e nos percentuais previstos no convênio; Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da assinatura; Data de assinatura: 19/05/2021; Procedimento PRCE nº 1.15.000.001062/2021-93. Assinaturas: Rômulo Moreira Conrado, Procurador-Chefe, pela conveniada, e Alexandre Pessoa Rangel, pela conveniente.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 7º TERMO ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2018 - MPF/ES. Ref.: PGEA 1.17.000.000732/2021-80. Contratante: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Espírito Santo, CNPJ 26.989.715/0013-46, e a empresa SERVIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 21.232.455/0001-02. Objeto: repactuar e prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 10/2018 - MPF/ES, referente à prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, nas dependências da Procuradoria da República no Espírito Santo e na Procuradoria da República no Município de Linhares/ES. Valor mensal estimado de R\$ 17.763,68 (dezesete mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), a partir de 1º de Janeiro de 2021. O prazo de vigência do contrato se estenderá de 01/01/2022 a 31/12/2022. Data da Assinatura: 19/05/2021. Assinam: CLÁUDIA MARIA FUSATTO PASOLINI, Secretária Estadual Substituta do MPF/ES, pela contratante e JAQUELINE SANTANA pela contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato do Termo de Contrato nº 03/2021 referente à contratação de empresa especializada na execução de Serviço de telefonia móvel a fim de atender a Procuradoria da República em Goiás. Contratante: UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS - PRGO, CNPJ nº 26.989.715/0014-27. Contratada: CLARO S/A, CNPJ nº 40.432.544/0001-47. Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de telecomunicações de voz e dados. Assinam, pela Contratante, Ricardo Antônio Bueno, Secretário Estadual do MPF/GO; e, pela Contratada, Sheila Roberta Couto Lira e Fernanda de Paula e Juliana Franco Jibrán Hsieh. Aprovado pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, Dr. Aílton Benedito de Souza; Processo nº 1.18.000.001990/2020-65. Data de assinatura: 17/05/2021.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2021

UASG 200078

PROCESSO Nº: 1.19.000.000348/2021-11

A Procuradoria da República no Maranhão, por meio do seu Pregoeiro, torna público que será realizada às 09:30 h do dia 02 de junho de 2021, no site www.gov.br/compras, a sessão pública do pregão supramencionado para escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, com dedicação exclusiva de mão de obra, para serem prestados nas dependências da Procuradoria da República no Município de Balas (MA).

A cópia do Edital poderá ser obtida no endereço eletrônico acima mencionado, no site www.transparencia.mpf.mp.br (<http://apps.mpf.mp.br/apex/f?p=111:105::NO::>) e ainda por meio do E-mail: (prma-cpl@mpf.mp.br).

São Luís-MA, 19 de maio de 2021.
SEBASTIÃO REMI RIBEIRO SAMPAIO



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 7/2017

ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2017. PROCESSO nº 1.24.000.000445/2021-35. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba CONTRATADA: CONFORTO AMBIENTAL TECNOLOGIA EM DESPOLUIÇÃO AMBIENTAL EIRELLI, CNPJ: 01.183.525/0001-72. OBJETO: Alterar CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, do contrato original. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II e § 2º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, atualizada, observado, ainda, o constante no art. 30-A da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, atualizada. VIGÊNCIA: 01.06.2021 a 31.05.2022. DATA DE ASSINATURA: 19.05.2021. SIGNATÁRIOS: João Monteiro de Lima Netto - Secretário Estadual da PR/PB, pela CONTRATANTE; Igor Augusto de Oliveira Rodrigues - Sócio, pela CONTRATADA.

EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2017

ESPÉCIE: Oitavo Aditivo ao Contrato nº 13/2017. PROCESSO nº 1.24.000.000474/2021-05. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba CONTRATADA: ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA, CNPJ: 00.976.914/0001-92. OBJETO: Alterar CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, do contrato original. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II e § 2º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, atualizada, observado, ainda, o constante no art. 30-A da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, atualizada. VIGÊNCIA: 01.06.2021 a 31.05.2022. DATA DE ASSINATURA: 19.05.2021. SIGNATÁRIOS: João Monteiro de Lima Netto - Secretário Estadual da PR/PB, pela CONTRATANTE; Gitana de Figueiredo Nóbrega - Sócia-Proprietária, pela CONTRATADA.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2019

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2019. PROCESSO nº 1.24.000.000517/2021-44. CONTRATANTE: UNIÃO FEDERAL, por intermédio do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado da Paraíba CONTRATADA: H L DOS SANTOS - EIRELI, CNPJ: 01.219.144/0001-04. OBJETO: Alterar CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, do contrato original. FUNDAMENTO LEGAL: Inciso II e § 2º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, atualizada, observado, ainda, o constante no art. 30-A da IN SLTI/MPOG nº 02/2008, atualizada. VIGÊNCIA: 01.07.2021 a 30.06.2022. DATA DE ASSINATURA: 19.05.2021. SIGNATÁRIOS: João Monteiro de Lima Netto - Secretário Estadual da PR/PB, pela CONTRATANTE; Helia Lima Dos Santos - Sócia-Diretora, pela CONTRATADA.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2021 - UASG 200053

Nº Processo: 12500005320202183. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas eletrônicos de segurança instalados nas sedes da Procuradoria da República no Estado do Paraná (PRPR) e de suas unidades jurisdicionadas.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 21/05/2021 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 17h59. Endereço: Rua Marechal Deodoro, 933, Centro - Curitiba/PR ou <https://www.gov.br/compras/edital/200053-5-00006-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 21/05/2021 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/06/2021 às 13h30 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

LIS MARIA GARCIA LOPES
Pregoeira

(SIASGnet - 20/05/2021) 200100-00001-2021NE000001

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 20/2021

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de dois elevadores e uma plataforma elevatória da Procuradoria da República no Município de Niterói, Contrato nº 24/2017. CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, CNPJ: 26.989.715/0024-07. CONTRATADA: VILLAR ELEVADORES E TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.376.891/0001-07. OBJETO: Alteração da Cláusula Décima Segunda - Da Vigência, do Contrato nº 24/2017, em razão da prorrogação do seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, e acréscimo de cláusula referente à proteção geral de dados pessoais, conforme a Lei nº 13.709/2018. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.30.001.001619/2021-70. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), parcialmente vigente desde 14 de agosto de 2020. DATA DE ASSINATURA: 18/05/2021. ASSINATURAS: Newton Levy Alvim Júnior - Secretário Estadual, pela Contratante, e Marco Antônio Pereira, pela Contratada. APROVAÇÃO: Rafael Antônio Barretto dos Santos - Procurador-Chefe.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE e a Faculdade Amadeus - FAMA, mantida pela SESA - Sociedade de Ensino Superior Amadeus LTDA, Objeto: estabelecer vínculo entre o MPF e a FACULDADE Amadeus - FAMA, visando proporcionar aos alunos regularmente matriculados a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos, do período 19/05/2021 a 18/05/2024. Data de assinatura: 19/05/2021. Assinaram FLÁVIO PEREIRA DA COSTA MATIAS, Procurador-Chefe da PR/SE e o representante legal e Diretor Presidente JOSÉ AUGUSTO DO NASCIMENTO. Processo Administrativo 1.35.000.000.468/2021-66.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Processo PRT 1ª Região PGEA nº 20.02.0100. 0001300/2021-87. Oitavo Termo Aditivo do Contrato nº 11/2016, que tem como objeto a prestação dos serviços de recepção, copeiragem, limpeza e suporte operacional, para as Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Nova Iguaçu, Cabo Frio e Itaguaí. Contratante: Ministério Público do Trabalho / Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. Contratada: CENTROSERV SERVIÇOS TÉCNICOS DE RECURSOS HUMANOS LTDA., CNPJ nº 03.575.979/0001-14. Objeto: alterar as Cláusulas Quinta e Sexta, que tratam, respectivamente, da vigência (prorrogação excepcional) por 14 (quatorze dias) e da garantia contratual. Fundamento Legal: 57, §4º, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 15/05/2021 a 28/05/2021. Data de Assinatura: 20/05/2021. Signatários: Dr. João Batista Berthier Leite Soares, Procurador-Chefe, pela Contratante, e Antônio Gomes da Silva Neto, Sócio Administrador, pela Contratada.

AVISO DE RETIFICAÇÃO

No Aviso de Homologação e Adjudicação publicado na Seção 3 do D.O.U. em 19/05/2021, pág. 155, onde se lê: "AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2021", leia-se: "AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2021".

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2021.
NEUZELI VILLAR NOGUEIRA CALHEIROS
Diretora Regional

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EDITAL Nº 6, DE 4 DE MAIO DE 2021

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRAMENTO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES(*)

O Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Complementar nº 75/1993, delegações decorrentes da Portaria PGT nº 1.728/2017, e, em atendimento ao disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho nº 179, de 26 de novembro de 2020, e ao quanto estabelecido pela Portaria PGT nº 330, de 5 de março de 2021, que regulamenta o art. 8º da referida Resolução, torna público o presente processo de cadastramento de órgãos e entidades mediante as condições a seguir estabelecidas.

1. DO OBJETO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

O presente chamamento tem por objetivo oportunizar a órgãos e entidades a apresentarem pedidos de reversão de bens e recursos decorrentes da atuação finalística do Ministério Público do Trabalho, que passarão a compor cadastros regional e nacional disponíveis aos(as) membros(as) do MPT que, dentro de sua independência funcional, poderão destinar bens e valores a fim de promover direitos sociais relacionados direta ou indiretamente ao trabalho, ou, na falta, de direitos sociais de notório interesse público, priorizando as iniciativas no local do dano.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar do cadastramento órgãos e entidades públicos ou privados, nacionais ou internacionais, sem fins lucrativos, que promovam direitos sociais, desde que atendam aos requisitos presentes neste edital, sem prejuízo de outras exigências consideradas cabíveis pelo membro(a) oficiante, no momento da seleção do beneficiário dos bens ou recursos disponíveis.

Os interessados deverão requerer sua inscrição por meio de petição eletrônica no sistema Protocolo Administrativo Eletrônico, disponível em <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br/login> e, a partir do menu "protocolo inicial" (unidade macro: PROC. REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIAO/CAMP; subunidade: PROC. REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIAO/CAMP (Sede/Campinas), anexar o formulário anexo (também disponível, em formato eletrônico, preferencialmente pelos navegadores Google Chrome ou Microsoft Edge, em <https://forms.office.com/r/s7dEbv7fzt>), assinado por representante legalmente habilitado, bem como acompanhado de cópias com autenticação dos seguintes documentos:

I - Cópia dos atos constitutivos, em se tratando de entidades e organizações da sociedade civil;

II - Cópia do documento de identificação do responsável legal do órgão ou entidade, bem como cópia dos atos de eleição, nomeação ou procuração do respectivo responsável;

III - Reconhecimento de utilidade pública, se houver;

IV - Certidão de regularidade quanto às obrigações inerentes ao Regime do FGTS e a inexistência de débitos previdenciários e judiciais trabalhistas, mediante a apresentação de certidões negativa ou positiva com efeito de negativa, ou declaração autônoma de regularidade;

V - Declaração de que a entidade não possui diretor, administrador, representante legal ou empregado na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer membro ou servidor do Ministério Público do Trabalho;

3. DO CADASTRAMENTO

O deferimento do cadastramento caberá ao Procurador-Chefe, com estrita observância das disposições deste edital, da Resolução CSMPT nº 179/2020 e da Portaria PGT nº 330/2021.

O cadastramento poderá ser deferido, excepcional e fundamentadamente, a despeito das exigências de que tratam os normativos de regência, quando o requerimento estiver instruído por projeto de especial interesse social e o requerente for o único técnico, científica e/ou operacionalmente apto a implementá-lo na localidade do dano a ser reconstituído, asseguradas a oitiva, se necessário, do(a) Coordenador(a) da correspondente Procuradoria do Trabalho no Município.

O deferimento do cadastramento não garante a reversão de bens ou recursos ao órgão ou entidade cadastrada, tendo o condão de, apenas, registrar a solicitação em banco de dados regional e nacional que poderá ser utilizado pelos(as) membros(as) do Ministério Público do Trabalho na escolha da destinação de recursos e bens decorrentes de sua atuação finalística, ato que se insere em sua esfera de independência funcional.

Após o cadastramento do órgão ou entidade, poderá ser solicitado o atendimento de outras exigências consideradas cabíveis pelo(a) membro(a) oficiante, no momento da seleção do beneficiário dos bens ou recursos disponíveis.

Havendo o descumprimento de alguma das exigências editalícias ou previstas nos normativos, será assegurado prazo de 15 (quinze) dias ao interessado para a regularização, quando possível.

4. DA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

No caso de execução de projetos, em caso de a entidade ou órgão previamente cadastrado for selecionado como destinatário dos bens ou recursos, deverá ser celebrado Acordo de Cooperação Técnica cujas cláusulas conterão, no mínimo:

I - A vedação à apropriação privada dos bens e recursos, inclusive a título de taxa de administração, honorários ou verba similar;

II - A assunção do compromisso do representante da entidade ou órgão beneficiário como fiel depositário dos recursos recebidos, até a certificação da adequada utilização;

III - O procedimento para a devolução de bens ou recursos não utilizados ou objeto de desvirtuamento;

IV - A obrigatoriedade de prestação de contas e, na falta ou recusa desta, a possibilidade de denunciação imediata do acordo;

V - O prazo ou o cronograma de execução dos recursos e a possibilidade de denunciação imediata do acordo, no caso de injustificada inobservância.

A vedação prevista no inciso I, quanto à taxa de administração ou verba similar, não será aplicável caso o beneficiário consiga demonstrar documentalmente custos operacionais extraordinários decorrentes da complexidade ou das peculiaridades técnicas da iniciativa ou projeto.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região.

Outras informações sobre os requisitos para habilitação e demais condições inerentes ao cadastramento, bem como esclarecimentos de dúvidas e demais informações poderão ser obtidas junto à Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio do endereço eletrônico prt15.cadastroentidades@mpt.mp.br

DIMAS MOREIRA DA SILVA

